

# Althusser e a interpretação gramsciana de Maquiavel

Danilo Enrico Martuscelli

**Como citar:** MARTUSCELLI, D. E. Althusser e a interpretação gramsciana de Maquiavel. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 187-192.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p187-192>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Althusser e a interpretação gramsciana de Maquiavel

Danilo Enrico Martuscelli\*

Entre os textos inéditos de Louis Althusser, publicados a partir dos anos de 1990, chamam-nos atenção os que tomam como objeto de reflexão a obra de Nicolau Maquiavel. Para “trabalhar” sobre essa matéria-prima, Althusser tomou como instrumento de produção teórica, principalmente, as reflexões de Antonio Gramsci. Consideramos que a “assimilação profunda” da obra do secretário florentino tem nos escritos de Althusser um duplo significado: expressa tanto a capacidade de propor novos argumentos favoráveis a algumas das teses elaboradas pela análise de Gramsci e, em certo sentido, de desenvolvê-las teoricamente; quanto de criticá-las, ao sistematizar seus limites internos e apresentar conceitos alternativos aos já formulados por Gramsci.<sup>1</sup>

A despeito do leque amplo de questões que poderíamos considerar nesta análise, restringimo-nos, para efeito de apresentação oral, à discussão sobre as consequências teóricas e políticas que as teses da unidade profunda entre as obras *O Príncipe* e os *Discursos* e da distinção relativa entre ciência e política têm nas análises de Gramsci e Althusser.

## UNIDADE PROFUNDA: *O PRÍNCIPE* E OS *DISCURSOS*

Gramsci sustenta, nos *Cadernos do Cárcere*, que as duas obras principais de Maquiavel, *O Príncipe* e os *Discursos*, não podem ser concebidas de modo separado. Ainda que se possa tratar *O Príncipe* como o momento da autoridade ou da força e os *Discursos* como o momento da hegemonia ou do consenso, essa distinção não pode ser considerada uma oposição de princípio, mas uma distinção metodológica: “(...) se trata sobretudo da hipóstase dos dois momentos de autoridade e universalidade” (Gramsci, 2000: p. 22). Para elucidar essa questão, Gramsci retoma a metáfora da natureza dúplice do Centauro presente na obra *O Príncipe*, isto é, a natureza “ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal” (Ibidem: p. 33).<sup>2</sup>

Além da unidade dos momentos de autoridade e de consentimento, outra tese fundamenta a unidade das duas obras principais de Maquiavel, isto é, a existência de um problema político comum: a constituição do Estado nacional como condição *sine qua non* para superação dos conflitos internos e das ameaças de invasão externa, existentes na Itália.<sup>3</sup> Assim, as relações

\* Doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correio eletrônico: daniloenrico@yahoo.com.br

<sup>1</sup> A idéia de “assimilação profunda” emprestamos de Saes, 1998: p.12.

<sup>2</sup> Fontana (1993: p. 129-132) também salienta a inexistência de uma contradição entre o momento da autoridade e do indivíduo e o momento do universal e da liberdade nos textos de Maquiavel.

<sup>3</sup> É interessante observar que em análises como as de Foucault, a existência desse problema político nessas duas obras de Maquiavel sequer é mencionada, ou ainda, os *Discursos* nem sempre são matéria de reflexão teórica. Para uma crítica da análise foucauldiana de Maquiavel, ver: Holden; Elden, 2005.

de forças vigentes na conjuntura histórica precedente à unificação nacional italiana assumem uma importância capital nas reflexões de Maquiavel, o que leva Gramsci a sustentar a tese segundo a qual a solução dos conflitos existentes numa sociedade cindida como a italiana não deve apenas considerar a articulação entre força e consenso, mas também entre fatores endógenos e exógenos.

Althusser extrai de Gramsci a tese da indissociabilidade das obras *O Príncipe* e os *Discursos*, desenvolvendo, contudo, idéias e argumentos distintos dos elaborados pelo marxista italiano. Para Althusser, há duas formas, articuladas entre si, de pensar a unidade entre as duas obras: por um lado, como unidade do objeto de reflexão, e, por outro lado, como unidade do problema político colocado.

Para ele, tanto n'*O Príncipe* quanto nos *Discursos* o objeto de análise é a prática política do príncipe. Essa consideração é particularmente importante, pois, segundo Althusser, faz-se necessário distinguir o espaço da teoria do espaço da prática política. A obra de Maquiavel não se enquadra, segundo ele, no desenvolvimento do primeiro espaço, pois o secretário florentino não desvenda as leis e a natureza da política, não sistematiza, portanto, uma teoria da política. Se fizesse isso, seria necessário, ao menos, que a análise de Maquiavel não refletisse sobre o sujeito da prática política, ou melhor, o espaço da teoria só faz sentido, segundo Althusser, se não houver sujeito, o que significa dizer que, neste espaço, a verdade vale para todo sujeito possível.

Em Maquiavel, o príncipe é o sujeito da prática política nas duas obras. É, portanto, a prática política do príncipe, a prática política de "um indivíduo de exceção, dotado de *virtù*, que, partindo do nada ou de alguma coisa, saberá mobilizar as forças adequadas para unificar a nação italiana sob sua direção" (Althusser, 1997: p. 62). O príncipe é a forma da solução de um problema político anunciado por Maquiavel: o problema da unidade nacional italiana. Althusser observa que Maquiavel discute o começo, a fundação de um Estado durável, a constituição do Estado nacional italiano. De acordo com sua análise, Maquiavel não realiza uma tipologia das formas de governo (monarquia ou república) e aplica a todos tempos históricos, isto é, não desenvolve "uma classificação prévia dos governos, uma tipologia dos governos, clássica desde Aristóteles que considera as diferentes formas de governos, sua normalidade, sua patologia" (Althusser, 1998: p. 314). Mas, coloca um problema político – a unificação da nação italiana – e define uma tática histórica, isto é, um instrumento que possa forjar essa unidade: o Estado nacional. Ou dito de outra maneira: o objetivo de Maquiavel não é o de elaborar "a teoria do Estado nacional existente na França ou na Espanha no tempo em que viveram sob a forma da monarquia absoluta, mas de *colocar a questão política das condições da fundação de um Estado nacional num país sem unidade, a Itália (...)*" (Althusser, 1998: p. 315).

Para negar a suposta oposição entre monarquia e república na obra de Maquiavel, Althusser apresenta a distinção necessária entre dois momentos decisivos da constituição de um Estado:

1. O momento do *começo* absoluto, que pode ser apenas o feito de um único, de um 'indivíduo sozinho'. Mas que é instável, pois pode no limite oscilar tanto do lado da tirania quanto do lado de um Estado verdadeiro. (...) 2. o segundo momento que é o da *duração*, a qual só poder ser assegurada por uma dupla operação: a dotação de leis e a saída da solidão, isto é, o fim do poder absoluto de um só (Althusser, 1997: p. 119-120)

Se a monarquia absoluta e, portanto, um poder único, centralizado, mas não arbitrário, é o momento absoluto da fundação de um Estado, que só depende do indivíduo (o príncipe); a república representa o momento da duração, da consolidação do Estado nacional, do fim da solidão absoluta do reformador ou do fundador, da dotação de leis. Com isso, monarquia e república podem ser pensadas não como elementos opostos, mas sim como momentos distintos, articulados entre si e decisivos na constituição e durabilidade do Estado nacional.

Como podemos notar, tanto Gramsci como Althusser descartam a idéia de uma ruptura entre as duas obras principais de Maquiavel, pois essa idéia de ruptura oculta o problema político principal colocado pelo secretário florentino, a saber, a constituição do Estado nacional italiano. Perder de vista essa questão, pode conduzir a uma leitura moralista da obra de Maquiavel e omitir o problema político colocado. Se Gramsci evidenciou o conteúdo desse problema político – a constituição do Estado nacional – e articulou os conceitos de coerção/consenso, autoridade/hegemonia que se encontravam dissociados pela análise moralista de Maquiavel, Althusser esclareceu a sua forma – a prática política do príncipe, estabelecendo a distinção entre o momento do começo absoluto (momento da instabilidade, da transição) e o momento da duração (momento da estabilidade, da reprodução) com a finalidade de definir o processo histórico de constituição e consolidação de uma nova forma política, nova prática política.

#### A DISTINÇÃO RELATIVA ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA

Em uma das passagens dos *Cadernos*, Gramsci (2000: p. 13) observa que: “O caráter fundamental do Príncipe é o de não ser um tratado sistemático, mas um livro ‘vivo’, no qual a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do mito”. Assim, para Maquiavel, o mais importante era descobrir “*la verità effettuale della cosa*”, concebida não como algo estático, imóvel ou imaginário, mas como “uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio”, como conhecimento objetivo da coisa. De acordo com Gramsci, Maquiavel não buscou tratar da natureza e das leis da política nos seus escritos. Nessa acepção, Maquiavel não pode ser concebido como um cientista político, ou ainda, não pode ser concebido como um “político em geral”, como fazia a tradição aristotélica e platônica, uma vez que seus escritos não têm o alcance nem a pretensão de explicar a política em todos os tempos. Ao refletir sobre a questão da política na obra de Maquiavel, Gramsci (2000: p. 30) considera que o mais procedente é considerá-la “como expressão necessária de seu tempo e como estreitamente ligado às condições e exigências de sua época (...)”, ou ainda: “Maquiavel é um homem inteiramente de seu tempo e sua ciência política representa a filosofia da época que tende à organização das monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas” (Ibidem).<sup>4</sup>

De acordo com o marxista italiano, o secretário florentino procura resolver problemas referentes à “grande política”, às mudanças estruturais, especificamente, à fundação e consolidação do

<sup>4</sup> Embora, nessa passagem, Gramsci sugira que Maquiavel tenha sido um cientista político, devemos tomar essa expressão como uma frase de espírito e não a conceber em sentido literal. Ao contrário do que sugere Coutinho (2003), não entendemos que Gramsci tenha uma visão positiva da ciência política, mas sim da ação política fundadora do momento do universal. Levantar a tese da positividade da ciência política às últimas consequências na obra de Gramsci, resultaria na incongruência com a sua própria formulação segundo a qual não é possível tratar como atividade autônoma, que possui características que lhes são próprias.

Estado nacional italiano. Para tanto, a política deve ser concebida como atividade que subordina a moral, a religião e a questão militar, e justamente, por isso, não pode ser considerada uma atividade autônoma. Essa ênfase dada pela interpretação gramsciana de Maquiavel à política coloca-a num terreno bastante distinto da análise de Croce que instrumentalizou o conceito de política, ao conferir a ele um sentido de neutralidade, sugerindo, assim, uma disjunção absoluta entre filosofia e política e entre pensamento e atividade sócio-política (Cf. Fontana, 1993). Quando define, portanto, a autonomia da política em termos relativos, Gramsci observa que esta deve ser pensada numa relação dialética ou de identidade com a filosofia, isto é, cabe detectar o lugar que tem a "ciência política na filosofia da práxis" (Kanoussi, 2003; p. 139). É a partir dessa compreensão da política que Gramsci detecta a ruptura de Maquiavel com o feudalismo e o Renascimento. Enfim, em Gramsci a política ao ocupar o lugar dominante na vida social, não comporta a idéia de neutralidade técnica ou de poder, uma vez que toda a vida social engloba relação de forças – diga-se: relação entre forças políticas.

Em concordância com Gramsci, Althusser sustenta a idéia segundo a qual não há uma teoria da política em Maquiavel. Para ele, Maquiavel não se interessa pela natureza das coisas. Isso quer dizer que os elementos teóricos ainda que existentes na obra de Maquiavel não se articulam sob a forma de uma teoria, mas estão dispostos sob a forma de fragmentos, ou ainda, estão voltados para o conhecimento da prática política. Como Althusser (1997: p. 59) salienta:

"A colocação do problema da prática política está no coração de tudo: todos os elementos estão, portanto, dispostos (...) em função desse problema político central [o problema político da prática concreta da formação da unidade nacional por um Estado nacional]."

Dentro dessa perspectiva, Maquiavel é compreendido, por Althusser, como o teórico da conjuntura, como o primeiro a pensar *na* conjuntura, ou ainda, a pensar no conceito de conjuntura como caso singular. Mas, pensar *na* conjuntura, pensar *sob* a categoria conjuntura, não tem o mesmo significado que pensar *sobre* a conjuntura, pois, segundo Althusser, Maquiavel não reflete sobre um conjunto de dados concretos:

"Pensar sobre a conjuntura, é literalmente se submeter ao problema que produz e impõe seu caso: o problema político da unidade, a constituição da Itália em Estado nacional. É necessário aqui reverter os termos: Maquiavel não pensa o problema da unidade nacional em termos de conjuntura; é a própria conjuntura que coloca negativamente, mas objetivamente, o problema da unidade nacional italiana" (Althusser, 1997: p. 61).

Segundo Althusser, a remissão que o secretário florentino faz à Antiguidade, não é com o propósito de retomar as "teorias filosóficas da política", mas a história concreta, da prática política concreta, da política na Antiguidade, isto é, a Antiguidade que importa a Maquiavel é a "Antiguidade da política". Assim como Gramsci, Althusser concebe as referências à história da Antiguidade, presentes na obra de Maquiavel, como analogia histórica.

Althusser também enfatiza o lugar subordinado que a religião e a técnica militar têm em relação à política na obra de Maquiavel. Tendo como objetivo a unidade nacional italiana, a obra de Maquiavel, segundo Althusser, assume um caráter antifeudal. Isto quer dizer que as formas feudais existentes são incompatíveis com esse objetivo político.

Quando procura situar a obra de Maquiavel diante dos autores e tradições filosóficas que trataram da questão da política, Althusser considera que os escritos do secretário florentino estão imersos na solidão, ou seja, a obra do secretário florentino não pode ser classificada

nem como pertencente à tradição teórica anterior aos seus escritos, que tratava das leis de governo, nem pode ser igualada à tradição do direito natural, visto que não trata de um Estado já formado, mas sim de uma tarefa a ser cumprida: a unidade da nação italiana. Mas, o que significa essa solidão? Essa solidão expressa o caráter de “começo de algo sem precedente” da obra de Maquiavel. A fórmula que consagra esse começo está apresentada de modo visível nos escritos de Maquiavel, quando ele afirma que é mais justo ir à verdade efetiva da coisa que à sua imaginação, ou melhor, quando ele busca o conhecimento da prática política.

Em nenhuma dessas duas “assimilações profundas” da obra de Maquiavel, identificamos uma separação radical ou absoluta entre ciência e política. Em ambos os casos, a distinção entre esses termos é concebida de maneira relativa, visto que estão informados pela mesma problemática geral que tem como pressuposto a história das formações sociais, ou ainda, a pergunta: como mudam e se conservam tais formações. Observamos, no entanto, que há uma diferença entre as análises de Gramsci e Althusser no modo de compreender essa distinção, mesmo sob a concordância de seu caráter relativo. Em linhas gerais, é possível afirmar que em Gramsci, ela possui um *sentido subjetivo*, enquanto em Althusser um *sentido objetivo*. Não se trata aqui de mero jogo retórico de palavras. Quando apontamos essa divergência entre os dois autores, é porque entendemos que, em Gramsci, a distinção entre ciência e política encontra-se em estado prático, ou melhor, não é elaborada teoricamente, uma vez que está subordinada à proposta de ação prática de construção do “momento ético-político”<sup>5</sup>. Por esse motivo ganha centralidade a questão do problema da constituição do Estado nacional, momento em que a política assume o posto de comando na vida social, tornando inócua quaisquer argumentos que procurem forjar o discurso da neutralidade e da técnica para se compreender as relações de forças sociais.

O trabalho de elaboração teórica desses conceitos será realizado por Althusser, isto é, este autor toma as reflexões de Gramsci como instrumento, como meio, para dar tratamento teórico à obra de Maquiavel. Nesse caso, ciência (ou conhecimento) da prática política e política (resolução da unidade nacional), embora correspondentes entre si, são tomadas como dois problemas distintos. Trata-se assim de um problema teórico (a prática política) e um problema político (a unidade italiana). Dentro dessa perspectiva, em Gramsci, parece sobressair uma concepção teleológica da história ou do processo histórico segundo a qual o dever ser encontra-se inscrito no ser, o que ser resumido na fórmula de que a unidade nacional embora ainda não existente na Itália de Maquiavel, estava em vias de existir, ou se aproveitássemos esse princípio e aplicarmos à sociedade capitalista, poderíamos concluir, com Gramsci, que a sociedade comunista é algo que está inscrito nas próprias estruturas da sociedade capitalista. Trata-se de um momento histórico que a humanidade *necessariamente* atingirá.

Na análise de Althusser, a constituição da unidade italiana na época de Maquiavel, ou mesmo da sociedade sem classes, é tomada como uma possibilidade histórica, é algo contingente —

<sup>5</sup> Nos *Cadernos do Cárcere*, em diversas passagens, quando Gramsci refere-se à história ético-política tal qual existente na sociedade burguesa, observamos que, na maioria das vezes, ele faz uso do recurso de aspas para justamente distingui-la de sua realização plena na sociedade regulada.

e não necessário – que, portanto, pode ou não se consumir, acontecer. Nessa abordagem, há o completo rechaço da visão teleológica da história, uma vez que o resultado de determinado processo histórico não está previamente dado, mas é fruto de um tortuoso, complexo processo de luta de classes. Não há, assim, um sentido inexorável, um destino da história.

#### REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. "Solitude de Machiavel" In: Yves Sintomer (org.), *Solitude de Machiavel*. Paris, P.U.F, 1998.

ALTHUSSER, Louis. "Machiavel et nous" In: *Écrits philosophiques et politiques*. Tome II. Paris, Stock/IMEC, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. "O conceito de política nos Cadernos do Cárcere" In: Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

FONTANA, Benedetto. *Hegemony and power: on the relation between Gramsci and Machiavelli*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1993

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (Vol. 3). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

HOLDEN, Adam e ELDEN, Stuart. "It cannot be a Real Person, a Concrete Individual!": Althusser and Foucault on Machiavelli's Political Technique" In: *Borderlands e-journal*, vol. 4, n. 2, 2005.

KANOUSI, Dora. "Maquiavel nos *Cadernos do cárcere*" In: Carlos Nelson Coutinho e Andréa de Paula Teixeira (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.